



Número: **0002401-82.2016.8.15.0271**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Picuí**

Última distribuição : **06/12/2016**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA (AUTOR)		NILO TRIGUEIRO DANTAS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
55530179	15/03/2022 07:10	Sentença	Sentença



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
VARA ÚNICA DE PICUÍ



PROCESSO Nº 0002401-82.2016.8.15.0271

Natureza: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - SUPOSTA
CONTRADIÇÃO - RECONHECIMENTO -
APLICAÇÃO DO PERCENTUAL DA
INDENIZAÇÃO DEVIDA - CONHECIMENTO
- PROVIMENTO.

Vistos,

Trata-se de embargos de declaração interposto pela parte autora em razão de sentença proferida por este juízo, que julgou parcialmente procedente os pedidos constantes na inicial.

Alega o embargante em síntese, que houve contradição no quantum indenizatório da sentença com relação ao membro lesionado e o percentual de indenização adequado, eis que a condenação constante na sentença teve valor superior ao valor devido.

Pede ao final, o conhecimento e acolhimento para reformar a decisão, dando efeito modificativo ao recurso.



É o breve relatório. Decido.

Analisando os autos, entendo que o recurso merece provimento, uma vez que a sentença proferida aplicou o percentual previsto para a debilidade constatada no laudo pericial, fazendo o cálculo final do valor da indenização de forma equivocada.

Neste particular, cumpre ressaltar que o laudo constante no id. 46144488 atesta dano anatômico ou funcional definitivo e parcial da mão esquerda, com intensidade alta quantificada em 75%.

Desta forma, considerando que o valor do teto indenizatório utilizado como base de cálculo para uma das mãos é de 70%, conforme tabela relacionada ao art. 3º da Lei 6194/74 devendo proceder o cálculo de $75\% \times 70\% \times R\$ 13.50,00$, dando um total de R\$ 7.087,50 e no caso em tela o resultado do cálculo retro foi de R\$ 5.793,75, mister se faz a alteração da sentença, utilizando o valor final correto.

Em tempo, deve-se incluir no cálculo o valor pago administrativamente (R\$ 2.362,50), após a correção do cálculo do percentual, perfazendo um valor residual de R\$ 4.725,00.

Assim, CONHEÇO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e DOU PROVIMENTO para modificar a sentença constante no id. 47949566 e, assim, CONDENAR a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A a pagar à parte autora a quantia de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), em razão do seguro obrigatório, corrigidos monetariamente pelo INPC e atualizados com juros de mora de 1% ao mês, ambos devidos a partir da data da citação.

Publicação e registro eletrônicos. Intimem-se as partes.

Picuí-PB, data e assinatura eletrônicas.

Anyfrancis Araújo da Silva

Juiz de Direito

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

